

A Pauta da Semana detalha a previsão dos trabalhos nos Plenários e Comissões da Câmara dos Deputados e Senado Federal no período de **27 a 30 de maio de 2019**, observando que os eventos podem ser cancelados, alterados ou incluídos extra pauta.



SEMANA NO CONGRESSO NACIONAL

Cenário Político – Para a semana é aguardada a repercussão das manifestações promovidas em todo país ontem em apoio ao presidente Bolsonaro, e com críticas aos trabalhos do Poder Legislativo e Judiciário, e alguns extremistas da pedindo o fechamento do Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal. Apoiadores mais radicais criticaram a atuação do presidente da Câmara dos Deputados, deputado Rodrigo Maia, e do conjunto de partidos conhecidos politicamente como “centrão” (formado dentre outros pelo PP, PL (antigo PR), DEM, PSDB, MDB, PSD, PTB). A desarticulação política do governo Bolsonaro deve piorar e por consequência traduzir em derrotas nos Plenários da Câmara e Senado, e nas comissões permanentes. Há a possibilidade de algumas Medidas Provisórias que estão obstruindo as pautas não sejam apreciadas a tempo de sua vigência. É clara os sinais que as manifestações de apoio ao governo não traduzirão em apoio do Congresso Nacional as propostas governistas, ou a falta de propostas governistas. Vamos aguardar o desenrolar dos fatos e atos políticos.

Reforma da Previdência – Foi pelo presidente da Câmara dos Deputados prorrogado até o próximo dia **30 de maio**, o prazo para apresentação de emendas à **Proposta de Emenda à Constituição 6 de 2019**, que trata de uma ampla reforma no sistema da previdência social, com novas rodadas de debates e possivelmente deve encerrar o prazo para apresentação de emenda, que até o momento foram apresentadas 54 emendas. [Acesse aqui as íntegras das emendas.](#)

Contribuição Sindical – Com o esvaziamento da composição da [Comissão Mista](#) incumbida de analisar a **Medida Provisória 873 de 2019**, que altera a CLT para vedar o desconto em folha de pagamento da contribuição sindical, fixa a autorização para o desconto seja por autorização prévia e expressa individualizada e determina que a cobrança da contribuição será realizado por meio de boleto bancário, até o momento do encerramento da elaboração do presente documento não houve convocação para reunião da referida comissão. Continuemos alerta quanto a matéria.



Plenário

Estão agendadas para esta semana na Ordem do Dia a apreciação de medidas provisórias que trancam a pauta por não terem sido apreciadas no prazo constitucional, são elas:

Crédito extraordinário

Medida Provisória 865/18, que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, no valor de R\$ 225.710.000,00, para os fins que especifica.

Programa de Regularização Ambiental

Medida Provisória 867/18, que altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a extensão do prazo para adesão ao Programa de Regularização Ambiental.

Novas regras para o setor de saneamento

Medida Provisória 868/18, que atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento; a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos; a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País; e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.

Proteção de dados pessoais

Medida Provisória 869/18, que altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Minirreforma da previdência

Medida Provisória 871/18, que institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade e altera regras de concessão de benefícios previdenciários como pensão por morte, salário-família e auxílio-reclusão.

Amplia prazo de gratificação paga a servidores cedidos à AGU

Medida Provisória 872/18, que altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, para prorrogar o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.



Plenário

Vencido o sobrestamento da pauta outros itens poderão ser deliberados, dos quais destaca-se:

Procedimento de apreciação de Medida Provisória

Proposta de Emenda à Constituição 70-C, de 2011, aprovado pelo Senado, tendo como primeiro signatário o então senador José Sarney, com o objetivo de alterar o procedimento de apreciação das MPs pelo Congresso Nacional, fixando que elas perderão eficácia, desde o início da sua edição, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes, se forem consideradas inadmitidas ou se não forem aprovadas: 1) pela Câmara dos Deputados (CD), no prazo de oitenta dias contado de sua edição; 2) pelo Senado Federal (SF), no prazo de trinta dias contado de sua aprovação pela Câmara dos Deputados; 3) pela CD, para apreciação das emendas do SF, no prazo de dez dias contado de sua aprovação por esta Casa. Determina que, preliminarmente, ao seu exame pelo Plenário, as medidas provisórias serão submetidas, para juízo sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais, à comissão competente para examinar a constitucionalidade das matérias da CD e do SF, observado o seguinte: 1) o prazo da comissão será de dez dias para manifestação; 2) a decisão pela inadmissibilidade dispensa a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da respectiva Casa no prazo de dois dias úteis após a decisão; 3) no caso de admissibilidade ou de recurso contra decisão de inadmissibilidade, o Plenário votará o parecer da comissão quando da apreciação da medida provisória; 4) na hipótese de a comissão não se manifestar no prazo constitucional, a decisão sobre a admissibilidade será transferida para o Plenário da Casa respectiva; e 5) a medida provisória será transformada em projeto de lei do Executivo com urgência constitucional. Prevê se a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem, em até setenta e vinte dias, respectivamente, a medida provisória entrará em regime de urgência, sobrestando, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado. Veda a reedição, na mesma sessão legislativa, de matéria constante de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo. Determina a proibição tanto da medida provisória quanto do projeto de lei de conversão de conterem matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão.



Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

3ª feira, às 14h30, 4ª feira, às 10h e 5ª feira, às 9h

Trabalho em prensas e equipamentos similares

Projeto de Lei 6.504/2006, de autoria do deputado Vicentinho, que acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre as condições de trabalho em prensas e equipamentos similares, injetoras de plástico e tratamento galvânico de superfícies, com relatório do deputado Alceu Moreira, concluindo pela constitucionalidade, injuridicidade e técnica legislativa.

Divulgação dos direitos fundamentais de mulheres, crianças e adolescentes

Projeto de Lei 2.941/08, de iniciativa da então senadora Patrícia Saboya Gomes (PDT-CE) dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes. dever de difundir os direitos fundamentais e os direitos humanos.

Carteira de Trabalho digital

Projeto de Lei 7.705/2014, já aprovado pelo Senado Federal, de autoria do então senador Blairo Maggi - (PLS 466/2013), que pretende acrescenta art. 14-A à Consolidação das Leis do Trabalho, para permitir que a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ocorra por meio eletrônico, com relatório do deputado Alceu Moreira, concluindo pela constitucionalidade, injuridicidade e técnica legislativa, com emenda.

Cadastro Nacional de condenados por crime de estupro

Projeto de Lei 5.618/2016, de autoria do então deputado Hildo Rocha (PMDB-MA), que cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro.

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

3ª feira às 15h30

Debates sobre as garantias aos trabalhadores terceirizados

Realização de audiência pública para discutir a garantia dos direitos dos trabalhadores nas contratações de serviços terceirizados (PL nº 6.456/2016), com as participações dos seguintes convidados: 1) Ana Cristina Desirée Barreto F. Tostes Ribeiro, procuradora do Ministério Público do Trabalho da 10ª Região e vice coordenadora da Coordenadoria Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública (Conap); 2) Rodrigo Brito, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT-DF); 3) Julimar Roberto de Oliveira Nonato, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (CONTRACS); 4) Maria Isabel Caetano dos Reis, presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal (SINDISERVIÇOS-DF); 5) José Boaventura Santos, presidente da Confederação Nacional de Vigilantes e Prestadores de Serviços (CNTV).



Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

4ª feira, às 10h

Sistema S e obrigatoriedade de transparência e acesso à informação

Requerimento 32/19, de iniciativa do deputado Augusto Coutinho, para a realização de audiência pública para discutir a polêmica em torno do Decreto nº 9.781, de 3 de maio de 2019, que obriga as entidades que compõem o Sistema S a obedecer às mesmas regras de transparência do setor público impostas pela Lei de Acesso à Informação.

Estímulo ao primeiro emprego

Requerimento 35/19, de iniciativa do deputado Tiago Dimas, para a realização de audiência pública para discutir sobre as políticas existentes para o estímulo ao primeiro emprego, ao menor aprendiz e as necessidades de atualização da legislação referentes ao tema.

Amplia a estabilidade provisória gestacional

Projeto de Lei 189/19, de iniciativa do deputado Roberto de Lucena, para acrescentar o inciso III, no artigo 1º, da Lei 11.770 de 9 de setembro de 2008, que cria o Programa Empresa Cidadã, para ampliar a estabilidade provisória gestacional, com relatório do deputado Vinicius Carvalho concluindo pela aprovação do projeto.

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

5ª feira, às 9h30

Sistema S e os desafios para 2019

Realização de audiência pública para debater a relevância do sistema "S" e os novos desafios para 2019, com as participações dos seguintes convidados: 1) Francisco Valdeci de Souza Cavalcante, vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e representante do SESC, SENAC e Fecomércio-GO; 2) Rafael Lucchesi, Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Diretor Superintendente do SESI e Diretor Geral do SENAI; 3) Vander Francisco Costa, presidente da Confederação Nacional do Transporte e do Conselho do Serviço Social do Transporte (SEST) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT); 4) Carlos Melles, diretor presidente Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); 5) José Conrado Azevedo Santos, presidente da Federação das Indústrias do Pará (FIEPA); Sebastião De Oliveira Campos, presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviço e Turismo do Estado do Pará (Fecomércio-PA).



Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

4ª feira às 14h

Debater o programa de prevenção à agressão contra as mulheres

Requerimento 33/2019, de iniciativa da deputada Rosana Valle, requerendo a realização de audiência pública para discutir o programa de prevenção à agressão contra as mulheres intitulado Homem Sim, Consciente Também.

Cria Delegacias especializadas no atendimento da Mulher

Projeto de Lei 501/2019, de iniciativa da deputada Leandre, que dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, nas microrregiões dos Estados, com relatório da deputada Erika Kokay concluindo pela aprovação.

Veda propaganda de *lingerie* com Mulher

Projeto de Lei 967/2015, de iniciativa do deputado Delegado Valdir, sobre a proibição de uso de modelos mulheres para divulgação de propagandas de *lingerie* e afins em vias públicas, bem como em mídias visuais como TV, Jornais impressos e similares, com relatoria da deputada Sílvia Cristina, concluindo pela rejeição do projeto.

Amplia o rol de beneficiários para receber a vacina contra vírus HPV

Projeto de Lei 4.924/2016, de iniciativa do deputado Carlos Henrique Gaguim, que altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para incluir a vacina contra o vírus do Papiloma Humano (HPV) no Programa Nacional de Imunizações, tendo como beneficiários homens e mulheres na faixa etária dos 9 aos 40 anos, com relatório da deputada Elcione Barbalho concluindo pela aprovação do projeto.

Comissão de Finanças e Tributação

3ª feira às 14h

Atualização da Tabela do Imposto de Renda

Realização de audiência pública para debater a Atualização da Tabela do Imposto de Renda, com as participações dos seguintes convidados: 1) Paulo Guedes, ministro da Economia; 2) Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, secretário especial da Receita Federal do Brasil; 3) Floriano Martins de Sá Neto, presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP); 4) Kleber Cabral, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (SINDIFISCO NACIONAL)



Comissão de Finanças e Tributação

4ª feira às 10h

1ª Parte – Debate acerca da Dívida Pública com representante da Consultoria de Orçamento.

2ª Parte – Deliberação

Falta de políticas públicas de combate a violência doméstica contra a mulher impede transferências orçamentárias para estados e municípios

Projeto de Lei Complementar 238/2016, de autoria da deputada Luizianne Lins, para alterar a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a fim de incluir as ações de combate à violência contra a mulher no rol de exceções à suspensão de transferências voluntárias a entes da Federação inadimplentes, com relatório do deputado Júlio Cesar concluindo pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.

Comissão de Seguridade Social e Família

4ª feira às 9h30

Aposentadoria Especial para frentistas

Projeto de Lei Complementar 572/2010, de autoria de deputado Daniel Almeida, que visa a fixar regras para a aposentadoria especial aos frentistas de postos de revenda de combustíveis, ao segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que tenha trabalhado durante vinte e cinco anos ininterruptos, com relatório da deputada Jandira Feghali concluindo pela aprovação da matéria com substitutivo propondo incluir o conteúdo do projeto na parte específica da Lei nº 8.213, de 1991, que trata do tema.

Redução da Jornada de Trabalho para empregados de instituições financeiras e correspondente bancário

Projeto de Lei 14/1919, de autoria do então deputado Paulo Rocha, para alterar o artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho, a fim de reduzir para cinco horas contínuas a jornada de trabalho dos empregados em bancos, casas bancárias e caixa econômica federal, bem como de funções semelhantes às de bancários em casas lotéricas, agências de serviço postal, correspondentes bancários e similares, com relatório do deputado Darcício Perondi concluindo pela rejeição do projeto principal e apensados e pela aprovação do Projeto de Lei 6163/2016, com o fim de alterar o art. 224 da CLTC, para fixar que mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho poderá ser alterada a duração normal do trabalho dos empregados em bancos, casas bancárias e Caixa Econômica Federal de que trata este artigo.



Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público conjunta com a Comissão de Educação

4ª feira às 10h

Cortes no orçamento para Universidades e metas do Ministério da Educação

Audiência pública com a participação do ministro da Educação, Abraham Weintraub, com o objetivo de expor os motivos e justificativas para a realização de cortes nos orçamentos das Instituições Federais de Ensino, bem como apresentar o plano de trabalho e metas do referido Ministério.

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

4ª feira às 10h

Programa de incentivo ao Primeiro Emprego

Projeto de Lei 2942/2011, de autoria da deputada Flávia Morais, com o objetivo de criar o Programa Federal de Incentivo ao Trabalho Educativo (PROJOVEM), com objetivo de assegurar a oferta de estágio remunerado a adolescentes de baixa renda no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta autárquica e fundacional, com relatório do deputado André Figueiredo, pela aprovação deste, na forma da Subemenda substitutiva, adotada pela Comissão de Comissão de Educação que em síntese fixa a) ampliação da idade possível para atividades de aprendizagem (não restritas à faixa de 14 a 15 anos de idade, mas c 14 a 18 anos); b) ampliação, no caput do art. 2º da Lei nº 11.692/2008, da idade mínima do Projovem de 15 para 14 anos, de modo a contemplar a faixa de 14 a 14 anos da nova modalidade de Projovem proposta; c) menção à Lei do Pronatec (L nº 12.513, de 26 de outubro de 2011), no que for cabível, quanto à observância das normas relativas à aprendizagem.

Fornecimento dos meios necessários para o Teletrabalho

Projeto de Lei 4653/2016, de autoria do deputado Cleber Verde, para modificar Lei nº 12.551, de 15 de dezembro de 2011 que alterou o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho com o fim de equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais diretos, com relatório apresentado pelo deputado Lucas Virgílio concluindo pela rejeição do projeto.

Comissão Especial da PEC 6/2019 – Reforma da Previdência

3ª feira às 14h30

Audiência Pública sobre **Aposentadoria das Mulheres**, com as participações de: 1) Denise Lobato Gentil, professora na Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2) Joana Mostafá, pesquisadora no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); 3) Solange Paiva Vieira, presidente da Superintendência de Seguros Privados (Susep); 4) Zélia Luiza Pierdoná, professora na Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie.



Comissão Especial da PEC 6/2019 – Reforma da Previdência

4ª feira às 14h30

Audiência Pública sobre **Regime de Capitalização e Avaliação Atuarial**, com as participações de: 1) Fabio Zambitte, professor titular do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IIBMEC) e professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); 2) Guilherme Santos Mello, professor do Instituto de Economia da UNICAMP; 3) Leonardo José Rolim Guimarães, secretário de Previdência no Ministério da Economia; 4) Sérgio Guimarães Ferreira, do Departamento de Pesquisa Econômica no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Comissão Especial da PEC 6/2019 – Reforma da Previdência

5ª feira às 9h30

Audiência Pública sobre **Transição e Desconstitucionalização**, com as participações de: 1) Bruno Bianco Leal, secretário especial Adjunto de Previdência e Trabalho no Ministério da Economia; 2) Felipe Mêmolo Portela, diretor de Programa na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho no Ministério da Economia; 3) Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (FONACATE); 4) Sônia Fleury, pesquisadora da Fiocruz.



Plenário

Estão agendadas para esta semana na Ordem do Dia a apreciação da medida provisória que tranca a pauta por não ter sido apreciada no prazo constitucional:

Reforma Administrativa

Medida Provisória 870/18, que promove a reforma administrativa da Presidência da República e dos Ministérios, inclusive com a modificação da competência do Ministério da Justiça e Segurança Pública para o Ministério da Economia da **Coordenação de Registro Sindical**.

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

3ª feira às 9h

As políticas públicas de salário mínimo

Audiência pública para debater **As políticas públicas de salário mínimo**, com as participações dos seguintes convidados: 1) Clóvis Scherer, técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (DIEESE); 2) Edson Índio, secretário geral da Central da Classe Trabalhadora (Intersindical); 3) Mônica Damous Duailibe, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT); 4) Sandro Jadir Albuquerque, vice-presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); 5) representante da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; 6) representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA); 7) representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT); 8) representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT); 9) representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); representante da Secretaria Executiva Nacional da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas); 10) representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT); 11) representante da Força Sindical; 12) representante da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST); 13) representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).



Comissão de Assuntos Econômicos

3ª feira às 10h

Jornada de 12/36 somente com autorização da entidade sindical

Projeto de Lei do Senado 298, de 2015, de autoria do senador Paulo Paim, propondo a revogação o parágrafo único do art. 60 da Consolidação das Leis do Trabalho, que dispensa de licença prévia a adoção de jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, com relatório do senador Elmano Férrer, concluindo pela aprovação do projeto, com duas emendas apresentadas com o fim de permitir a jornada 12 por 36 continuaria sendo permitida sem a exigência de licença prévia, mas desde que tenha havido autorização pelo sindicato da categoria, conforme acordo ou convenção coletiva, ressalvado os trabalhadores atuantes no setor de saúde que será estabelecido a jornada de 12/36 mediante acordo individual escrito.

somente nas entidades atuantes no setor de saúde.

Inclui no rol de doenças para fins de isenção de Imposto de Renda

Projeto de Lei 585, de 2019, de autoria do senador Alvaro Dias, para alterar o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com o objetivo de incluir o diabetes melito entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma, com relatório do senador Mecias de Jesus concluindo pela aprovação do projeto.

Comissão de Educação, Cultura e Esporte

3ª Feira às 11h

Prioridade de matrícula aos familiares de vítima de violência doméstica em ensino

Projeto de Lei do Senado 265, de 2018, de autoria do então senador Magno Malta, para alterar o art. 9º da Lei Maria da Penha a fim de estabelecer o direito da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de seus dependentes à prioridade em matrícula ou rematrícula em instituições de ensino, com relatório da senadora Zenaide Maia concluindo pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta visando a aprimorar o texto da matéria para dar a prioridade de matrícula ou rematrícula em instituições de ensino em favor da vítima e de seus dependentes.

Antecipação dos feriados

Projeto de Lei do Senado 389, de 2016, de autoria do senador Dário Berger, para dispor sobre a antecipação da comemoração de feriados nas segundas-feiras, caso recaiam nos demais dias da semana, excetuando-se dessa regra os feriados dos dias 1º de janeiro (Confraternização Universal), Carnaval, Sexta-Feira Santa, 1º de maio (Dia do Trabalho), Corpus Christi, 7 de setembro (Dia da Independência), 12 de outubro (Nossa Senhora Aparecida) e 25 de dezembro (Natal), bem como os feriados que ocorrerem nos sábados e domingos, com relatório do senador Jorginho Mello concluindo pela aprovação com uma emenda que apresenta. Serão comemorados por antecipação, nas segundas-feiras, os feriados que caírem nos demais dias da semana, com exceção dos que ocorrerem nos sábados e domingos, das exceções constantes do projeto, bem como aqueles reservados ao disciplinamento pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.



Comissão de Assuntos Sociais

4ª Feira às 9h

Punição para diferenciação salarial entre homem e mulher na empresa

Emendas de Plenário ao **Projeto de Lei da Câmara 130/2011**, de iniciativa da Câmara dos Deputados (deputado Marçal Filho), que acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil, com apresentação das emendas 1 a 3 de Plenário.

Emenda 1- Plen, de iniciativa do senador José Agripino (DEM-RN), propõe limitar o valor da multa ao correspondente a diferença verificada em todo o período não prescrito do contrato de trabalho.

Emenda 2- Plen, de iniciativa do senador Cyro Miranda (PSDB-GO), para que a multa seja fixada em 3% sobre o valor das diferenças salariais verificadas nos últimos cinco anos.

Emenda 3- Plen, de iniciativa do senador Ciro Nogueira (PP-PI), pretende fixar a multa ao valor correspondente a cinco vezes a diferença verificada em todo o período da contratação.

Relatório apresentado pelo senador Paulo Paim concluindo pela rejeição das nº 1, 2 e 3 de Plenário.

Pensão por morte

Projeto de Lei do Senado 209/2016, de iniciativa do senador Romário, pretendendo alterar a Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, para restringir a cessação da percepção da pensão por morte do cônjuge ou companheira de segurado com deficiência, com relatório do senador Paulo Paim concluindo pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta.

Saque o FGTS para socorrer dependente com doença

Projeto de Lei do Senado 703/2015, de iniciativa do senador Romário, pretendendo alterar a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para conceder ao trabalhador o benefício de saque dos valores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando ele ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença ou condição enquadrada nas categorias elencadas, com relatório do senador Humberto Costa concluindo pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta.

Divulgação das diferenças salariais entre trabalhadores e trabalhadoras

Projeto de Lei do Senado 205/2018, de iniciativa da senadora Rose de Freitas, com o objetivo de acrescentar o art. 461-A à Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a divulgação pelas empresas com mais de 250 empregados da diferença de salários entre trabalhadores homens e mulheres, com relatório do senador Rogério Carvalho, concluindo pela aprovação do projeto.

Aumenta a idade de dependência econômica para fins previdenciários

Projeto de Lei do Senado 19/2017, de iniciativa da senadora Rose de Freitas, pretendendo alterar a Lei nº 8.213, de 1991 (Planos de Benefícios da Previdência Social), para elevar para 24 anos o limite de idade para os filhos perceberem o benefício de pensão por morte, com relatório Rogério Carvalho, concluindo pela aprovação do projeto com emenda que apresenta para fixar a extensão da dependência econômica para o filho, a pessoa a ele equiparada ou o irmão, de ambos os sexos, ao completar vinte um anos de idade ou vinte e quatro anos de idade se comprovado vínculo escolar, salvo se for inválido ou tiver deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.



Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

4ª feira às 10h

Sabatina de indicação para ministro do TST

Mensagem 19, DE 2019, de iniciativa da presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação de **Evandro Pereira Valadão Lopes**, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, decorrente da aposentadoria da Ministra Maria de Assis Calsing.

Proteção às vítimas de discriminação e preconceito em razão da orientação sexual ou da identidade de gênero

Projeto de Lei 672, de 2019, de iniciativa do senador Weverton, propondo alterar a redação do art. 2º da Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir na referida legislação os crimes de discriminação ou preconceito de orientação sexual ou identidade de gênero, com relatório do senador Alessandro Vieira concluindo pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta para fixar que o objetivo do projeto será definir os crimes resultantes de intolerância, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero e estabelece punições para a prática desses crimes.

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

5ª feira às 9h

Prioridade para exame pericial a mulher em caso de violência doméstica familiar

Projeto de Lei da Câmara 26, de 2017, de iniciativa da Câmara dos Deputados (deputado Laudívio Carvalho), para modificar a Lei Maria da Penha, para dar prioridade às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar na realização de exames periciais, com relatório da senadora Leila Barros concluindo pela aprovação do projeto

Trabalho de gestantes e lactantes em ambiente insalubre

Projeto de Lei do Senado 254, de 2017, de iniciativa do senador Paulo Paim, com o objetivo de revogar o art. 394-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, a fim de proibir o trabalho da gestante ou lactante em atividades, operações ou locais insalubres, com relatório da senadora Rose de Freitas concluindo pela aprovação do projeto.

Pagamento de perícias na Justiça do Trabalho

Projeto de Lei 361, de 2017, de autoria do senador Paulo Paim, com o propósito de alterar o art. 790-B da Consolidação das Leis do Trabalho, para determinar que a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária de justiça gratuita, com relatoria da senadora Rose de Freitas concluindo pela aprovação do projeto.

Brasília-DF, 27 de maio de 2019.

Relações Institucionais da CNTC

É permitida a reprodução desde que citada a fonte.